

14/12/2011

PLENÁRIO

MANDADO DE SEGURANÇA 25.066 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. MARCO AURÉLIO
REDATOR DO ACÓRDÃO	: MIN. LUIZ FUX
IMPTE.(S)	: ERALDO FERREIRA VIANA
ADV.(A/S)	: MAYRA C. GUEDES OLIVEIRA
IMPDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
IMPDO.(A/S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
IMPDO.(A/S)	: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL FEDERAL

EMENTA: 1) MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. DESAPROPRIAÇÃO PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA. CÁLCULO DA EXTENSÃO DA PROPRIEDADE RURAL. ÁREAS INSUSCETÍVEIS DE APROVEITAMENTO ECONÔMICO. IMPOSSIBILIDADE DE SUA DESCONSIDERAÇÃO. 2) A EXCLUSÃO DA ÁREA INAPROVEITÁVEL ECONOMICAMENTE RESTRINGE-SE AO CÁLCULO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE (ART. 50, §§ 3º E 4º, DA LEI Nº 4.504). 3) A PROPRIEDADE RURAL NO QUE CONCERNE À SUA DIMENSÃO TERRITORIAL, COM O OBJETIVO DE VIABILIZAR A DESAPROPRIAÇÃO PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA, RECLAMA DEVAM SER COMPUTADAS AS ÁREAS INSUSCETÍVEIS DE APROVEITAMENTO ECONÔMICO. O DIMENSIONAMENTO DO IMÓVEL PARA OS FINS DA LEI Nº 8.629/93 DEVE CONSIDERAR A SUA ÁREA GLOBAL. PRECEDENTE DO STF (MS Nº 24.924, REL. MIN. EROS GRAU). 4) SEGURANÇA DENEGADA.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, sob a Presidência do

MS 25.066 / DF

Senhor Ministro Cezar Peluso, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, por maioria de votos, em denegar a segurança.

Brasília, 14 de dezembro de 2011.

LUIZ FUX – Redator para o acórdão.

14/12/2011

PLENÁRIO

MANDADO DE SEGURANÇA 25.066 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. MARCO AURÉLIO
REDATOR DO ACÓRDÃO	: MIN. LUIZ FUX
IMPTE.(S)	: ERALDO FERREIRA VIANA
ADV.(A/S)	: MAYRA C. GUEDES OLIVEIRA
IMPDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
IMPDO.(A/S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
IMPDO.(A/S)	: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL FEDERAL

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Adoto como relatório o que tive a oportunidade de consignar ao implementar a medida acauteladora, reconsiderando o indeferimento:

1. À folha 368 à 369, prolatei a seguinte decisão:

**MANDADO DE SEGURANÇA –
DECADÊNCIA – NEGATIVA DE
SEGUIMENTO AO PEDIDO.**

1. Colho, da longa petição de folha 60 a 85, a causa única desta impetração, dirigida contra decreto desapropriatório de 19 de maio de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 20 de maio de 2004: o envolvimento de média propriedade, apontando-se o vício de levantamento, no que o INCRA teria considerado, à margem da legislação de regência, a extensão total da propriedade, dividindo-a pela metragem do módulo fiscal

MS 25.066 / DF

do Município, em vez de levar em conta a área aproveitável. Requer-se a concessão de liminar que implique a determinação, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, de que anule o decreto expropriatório do imóvel denominado Fazenda Laço de Ouro, para, alfim, tornar-se definitivo o pronunciamento.

2. Admite-se a prática de atos processuais mediante fac-símile – artigo 1º da Lei nº 9.800, de 26 de maio de 1999. Entrementes, a peça transmitida há de atender, afastada a questão relativa ao original, ao figurino processual. Vale dizer, há de estar em consonância com as exigências instrumentais e, aí, surge a necessidade de vir ao Judiciário devidamente subscrita. Isso não ocorreu quanto à documentação de folha 2 a 28, que veio à balha no centésimo décimo nono dia posterior ao que se seguiu à publicação do decreto atacado. As folhas não contêm qualquer rubrica e o espaço reservado para assinatura da profissional Mayra C. Guedes Oliveira encontra-se em branco, tratando-se, assim, de peça apócrifa. É de notar que não a acompanhou sequer o instrumento de mandato. Houve, é certo, protesto pela apresentação na forma do disposto no artigo 37 do Código de Processo Civil. Não obstante, o prazo de cento e vinte dias fixado para o procedimento bem revela não ser possível enquadrá-lo como urgente. O original somente deu entrada nesta Corte após o implemento da decadência – no centésimo vigésimo quinto dia seguinte ao imediato à publicação.

3. Surge, de forma clara, a decadência, razão pela qual, em vista do disposto no § 1º do artigo 21 do Regimento Interno desta Corte, nego seguimento ao pedido.

4. Publique-se.

MS 25.066 / DF

No prazo concernente ao agravo, formalizou o impetrante o pedido de reconsideração de folha 372 a 378. Em síntese, sustenta haver assinatura na peça transmitida mediante fac-símile e que, relativamente à representação processual, o artigo 37 do Código de Processo Civil contempla a atuação do advogado, protestando pela juntada do instrumento de mandato, que é a procuração, para evitar decadência ou prescrição ou para praticar qualquer outro ato urgente.

2. Procede a argumentação ora expendida. O fac-símile mostrou-se completo, reproduzida a folha final do mandado de segurança sem assinatura – folha 28 - em outra de idêntico teor subscrita pela profissional da advocacia - folha 52. Sob o ângulo da representação processual, realmente o referido artigo 37 alude, reputando-o urgente, a ato que vise a evitar a prescrição ou a decadência. Ambos os fenômenos pressupõem a passagem do tempo. A esta altura, a procuração de folha 110 revela regular o credenciamento da subscritora da peça inicial do mandado de segurança. No mais, tem razão o impetrante sobre a circunstância de o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária haver considerado, para aferir a produtividade do imóvel, área total sem subtrair aquelas que, segundo o cadastro nele existente, não seriam passíveis de exploração – folhas 94 e 126 e 127.

3. Defiro a medida acauteladora para suspender, até o julgamento final deste mandado de segurança, o decreto que implicou a declaração de utilidade pública para efeito de reforma agrária do imóvel denominado Fazenda Laço de Ouro e que foi publicado no Diário de 20 de maio de 2004.

4. Conserte-se a autuação para constar, como litisconsortes passivos, a União e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

MS 25.066 / DF

5. Solicitem-se informações, citando-se os litisconsortes passivos. Vindo aos autos as manifestações, colha-se o parecer do Procurador-Geral da República.

À folha 397, tem-se mensagem da autoridade apontada como coatora, encaminhando trabalho elaborado pela Advocacia-Geral da União e os documentos de folha 438 a 527. Argui a preliminar de não conhecimento do pedido por intempestividade da apresentação dos originais da petição inicial no quinquídio autorizado pelo artigo 2º da Lei nº 9.800/1999.

Afirma que o ato impugnado foi publicado em 20 de maio de 2004, quinta-feira. O prazo final para a impetração do mandado de segurança, portanto, seria 17 de setembro de 2004, data do encaminhamento da peça inicial via fac-símile. Anota que a lei facultaria a remessa do original até 22 de setembro, quinto dia após o término do prazo do ajuizamento, o que só veio a ocorrer no dia 23 de setembro, revelando-se, segundo assevera, a intempestividade do protocolo e a decadência da impetração.

Pugna pelo desentranhamento do “anexo 3” da inicial, sob o argumento de não ter sido transmitido na impetração por fac-símile. Cita como precedentes o Agravo Regimental no *Habeas Corpus* nº 82.881/SP, relator Ministro Sepúlveda Pertence, publicado em 20 de agosto de 2004, e os Embargos Declaratórios no Recurso Extraordinário nº 345.711/MG, relatado pelo Ministro Celso de Mello, com acórdão publicado em 22 de outubro de 2002. Aponta a impossibilidade jurídica do pedido por ausência de direito líquido e certo do impetrante, ante o envolvimento de fatos controvertidos e de discussão sobre a produtividade do imóvel por meio de mandado de segurança, quando a sede processual adequada seria a da desapropriação, litígio já instaurado perante a Justiça Federal do Estado de Mato Grosso do Sul.

No mérito, refuta a alegação de eventuais vícios concernentes ao processo administrativo, atribuindo autonomia ao decreto expropriatório. Alega que o impetrante não comprovou ser proprietário somente da área expropriada. Diz da ausência de questionamento dos cálculos dos índices

MS 25.066 / DF

de produtividade e da legalidade da vistoria feita pelos técnicos do Incra. Mencionando a área medida, de 595,8123 hectares, e o módulo fiscal da região, de 35 hectares, conclui equivaler o imóvel a 17,0232 módulos fiscais, configurando, portanto, grande propriedade rural. Assevera não haver alusão, no registro imobiliário, à área de preservação permanente, que abrange noventa por cento da propriedade. Assinala que a classificação da produtividade, como pequena, média ou grande propriedade, é mensurada pela área total, não apenas pela parte aproveitável. Cita como precedentes os Mandados de Segurança nº 24.113, relator Ministro Maurício Corrêa, publicado em 23 de maio de 2003, nº 23.370, da relatoria do Ministro Sepúlveda Pertence, publicado em 28 de abril de 2000, e nº 24.719, relatado pelo Ministro Carlos Velloso, publicado em 14 de maio de 2004. Alfim, requer o indeferimento da ordem.

O Incra, à folha 533 à 558, ratifica os argumentos expostos pelo Chefe do Poder Executivo, acrescentando apenas que as deduções previstas no artigo 10 da Lei nº 8.629, de 1993, inclusive as áreas de preservação permanente, “ocorrem no momento de calcular-se a produtividade do imóvel e não no momento de calcular-se a dimensão do imóvel”. Explicita que, pela sistemática da autarquia, “a dedução de seguimentos de área só opera como ‘discrimen’ na posterior fase da sistemática de cálculo do grau de utilização da terra (reserva legal, preservação permanente, etc)”. Sustenta, ante o princípio da especialidade da norma, inaplicável à classificação das dimensões da área os critérios do artigo 50 do Estatuto da Terra, sistema de fase única, dizendo incidir o dispositivo somente para fins de tributação do Imposto Territorial Rural – ITR.

À folha 567 à 570, o Juízo onde está em curso a ação de desapropriação, encaminhando cópia da decisão proferida, informa o indeferimento do pedido de imissão na posse do imóvel, em observância à cautelar deferida.

A União, à folha 577 à 587, diz da impropriedade da via processual eleita, ressaltando que a controvérsia sobre a classificação do imóvel, como média ou grande propriedade rural, envolve questão de fato e

MS 25.066 / DF

produção de provas contra o laudo de vistoria. Aponta ter a controvérsia sede específica na ação de desapropriação, conforme dispõe o artigo 9º da Lei Complementar nº 76, de 1993. Assegura o respeito aos critérios de aferição das dimensões do imóvel, mediante dedução, na fase correta, das áreas de preservação permanente da produtividade da terra. Afirma não haver prova de existência de área de preservação, porquanto não averbada no registro imobiliário. Salienta não incidir, no caso, o artigo 50 do Estatuto da Terra, por tratar de matéria especificamente tributária. Evoca como precedentes os Mandados de Segurança nº 22.164/SP, relator Ministro Celso de Mello, publicado em 17 de novembro de 1995, nº 21.971, relatado pelo Ministro Moreira Alves, acórdão publicado em 16 de junho de 1995, nº 24.272/DF, da relatoria do Ministro Maurício Corrêa, com acórdão publicado em 6 de dezembro de 2002, e nº 23.370/GO, relator Ministro Sepúlveda Pertence, acórdão publicado em 28 de abril de 2000. Consigna a ausência dos requisitos para a concessão da cautelar e pede o indeferimento da segurança.

O Procurador-Geral da República, à folha 589 à 593, considera correto o modo utilizado pelo Incra para aferir as dimensões do imóvel. Aduz que, na classificação para a desapropriação, calcula-se a área total, sem exclusão das terras não aproveitáveis. Assevera que as áreas de preservação são deduzidas apenas para determinar a produtividade do imóvel rural, questão não discutida no processo. Entende inaplicável o artigo 50 do Estatuto da Terra, por ser norma específica voltada a regulamentar a apuração da alíquota do Imposto Territorial Rural incidente sobre o imóvel, não se prestando a verificar o atendimento da função social. Classifica o imóvel como grande propriedade rural, aludindo ao entendimento consignado no voto proferido pelo Ministro Eros Grau no Mandado de Segurança nº 24.924, processo cujo julgamento foi concluído em 24 de fevereiro de 2011, tendo sido designado para redigir o acórdão o Ministro Joaquim Barbosa. Alfim, opina pelo indeferimento da ordem.

É o relatório.

14/12/2011**PLENÁRIO****MANDADO DE SEGURANÇA 25.066 DISTRITO FEDERAL****VOTO**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – O ato atacado foi publicado no Diário Oficial da União em 20 de maio de 2004. A impetração do mandado de segurança ocorreu, por fac-símile, exatamente 120 dias depois, em 17 de setembro de 2004. Em 23 de setembro seguinte, o impetrante juntou ao processo a via original dos documentos anteriormente encaminhados. Observem que o dia do envio do fac-símile foi uma sexta-feira. Então, o termo inicial do quinquídio previsto no artigo 2º da Lei nº 9.800/99 recaiu na segunda-feira subsequente, dia 20 de setembro de 2004, a teor do artigo 184, § 1º, inciso I, do Código de Processo Civil. Logo, não há que se falar em decadência da impetração ou em desobediência do prazo legal para a apresentação dos originais.

Mostra-se igualmente irrelevante a alegação de juntada posterior do “anexo 3” do conjunto de documentos que instruem a inicial. No caso em análise, pode ser evocado, a favor do impetrante, o artigo 6º, parágrafo único, da Lei nº 1.533/51, na redação conferida pela Lei nº 4.166/62, o qual dispõe:

Art. 6º - [...]

Parágrafo único. No caso em que o documento necessário a prova do alegado se acha em repartição ou estabelecimento público, ou em poder de autoridade que recuse fornecê-lo por certidão, o juiz ordenará, preliminarmente, por ofício, a exibição desse documento em original ou em cópia autêntica e marcará para cumprimento da ordem o prazo de dez dias. Se a autoridade que tiver procedido dessa maneira for a própria coatora, a ordem far-se-á no próprio instrumento da notificação. O escrivão extrairá cópias do documento para juntá-las à segunda via da petição.

MS 25.066 / DF

A juntada de elementos novos após a impetração do mandado de segurança é excepcionalmente admitida por lei, no caso de documento que se encontre em repartição ou estabelecimento público. Consoante se percebe, a peça ulteriormente anexada (folha 111 a 366) é a fotocópia do processo administrativo que tramitou no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o que se encaixa na norma citada – precedente do Supremo: Agravo de Instrumento nº 23.711/SP, relator Ministro Lafayette de Andrada, Diário da Justiça de 16 de agosto de 1961. Além disso, discrepa do razoável exigir-se o envio de aproximadamente 250 páginas por fac-símile.

Quanto à legitimidade ativa do impetrante, revela-se essa indubitosa. A legislação material confere a prerrogativa de defender a propriedade a qualquer dos condôminos titulares da coisa. Estão presentes as condições e os pressupostos processuais.

O ponto central articulado diz respeito à juridicidade da inclusão de áreas reservadas à preservação permanente e não aproveitáveis para o fim de classificação da propriedade segundo a extensão, na forma do artigo 4º da Lei nº 8.629/93, o que foi realizado pelo Incra no caso em análise. Embora ontologicamente caiba afirmar que “produtividade” e “extensão” da propriedade sejam elementos distintos, a legislação sinaliza, visando classificar a propriedade rural para fins de incidência do artigo 184, inciso II, da Constituição Federal, somente a área aproveitável – aquela onde se possa produzir algo. É o que se depreende da leitura do conjunto normativo a seguir:

Art. 4º Para os efeitos desta lei, conceituam-se:

I - Imóvel Rural - o prédio rústico de área contínua, qualquer que seja a sua localização, que se destine ou possa se destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agro-industrial;

MS 25.066 / DF

II - Pequena Propriedade - o imóvel rural:

a) de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais;

b) (Vetado)

c) (Vetado)

III - Média Propriedade - o imóvel rural:

a) de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais;

b) (Vetado)

Parágrafo único. São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária a pequena e a média propriedade rural, desde que o seu proprietário não possua outra propriedade rural.

Colhe-se do dispositivo transcrito a consideração do “módulo fiscal” para fixar os limites da pequena e média propriedade rural. Esse dado atrai a incidência dos parágrafos do artigo 50 da Lei nº 4.504/64, que, longe de ser um diploma exclusivamente sobre direito tributário, objetiva disciplinar os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, inclusive para execução da reforma agrária. Essa lei, que não trata apenas de direito tributário e que não pode ter o campo de incidência reduzido, claramente exclui da base de cálculo do módulo fiscal as áreas não aproveitáveis. Vejam:

Art. 50. [...]

[...]

MS 25.066 / DF

§ 2º O módulo fiscal de cada Município, expresso em hectares, será determinado levando-se em conta os seguintes fatores: (Redação dada pela Lei nº 6.746, de 1979)

a) o tipo de exploração predominante no Município:

I - hortifrutigranjeira;

II - cultura permanente;

III - cultura temporária;

IV - pecuária;

V - florestal;

b) a renda obtida no tipo de exploração predominante;

c) outras explorações existentes no Município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada;

d) o conceito de "propriedade familiar", definido no item II do artigo 4º desta Lei.

§ 3º O número de módulos fiscais de um imóvel rural será obtido dividindo-se sua área aproveitável total pelo módulo fiscal do Município. (Redação dada pela Lei nº 6.746, de 1979)

§ 4º Para os efeitos desta Lei; constitui área aproveitável do imóvel rural a que for passível de exploração agrícola, pecuária ou florestal. Não se considera aproveitável: (Redação dada pela Lei nº 6.746, de 1979)

a) a área ocupada por benfeitoria;

MS 25.066 / DF

b) a área ocupada por floresta ou mata de efetiva preservação permanente, ou reflorestada com essências nativas;

c) a área comprovadamente imprestável para qualquer exploração agrícola, pecuária ou florestal.

[...]

Conforme se verifica, a grande propriedade é aquela superior a quinze módulos fiscais, calculados, segundo a legislação de regência, pela divisão da área aproveitável do imóvel rural – a que for passível de exploração agrícola – pelo módulo fiscal do Município. Há um elemento teleológico a informar esse modo de cálculo. Inicialmente, ao introduzir o conceito de preservação permanente, o Estado evoca o poder geral de conformar a função social da propriedade para limitá-la de maneira aguda, situação que muitas vezes deságua no conhecido instituto da desapropriação indireta. Depois, usa a área que já não serve mais ao titular da propriedade para colocá-lo em situação desfavorável. Ora, se não é possível utilizar a área para nela “produzir” por ato do poder público, como poderia piorar a situação a ponto de autorizar a desapropriação em razão da “improdutividade”? Não cabe aceitar tal raciocínio.

A matéria já estava pacificada no Supremo em razão do julgamento do Mandado de Segurança nº 22.579-3/PB, relator Ministro Carlos Velloso, acórdão publicado no Diário da Justiça de 18 de abril de 1998, quando foi reaberto o debate com a apreciação do Mandado de Segurança nº 24.924/DF, de minha relatoria, ocasião em que o Tribunal passou a adotar tese oposta, considerando indedutíveis as áreas não aproveitáveis e de reserva legal para fim de cálculo da área global do imóvel. Fiquei vencido na assentada e continuo convencido da óptica exteriorizada no precedente de 1998.

No caso em exame, o cadastro de imóvel constante dos arquivos do

MS 25.066 / DF

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária revela que, da área total de 595,8123 hectares, 185,1692 hectares destinam-se à preservação permanente e 116,3991 à averbação da reserva legal, conforme mencionado no laudo à folha 160. Então, tomando-se o módulo fiscal do Município como de 35 hectares – folha 121 do laudo – e subtraindo-os dos 185 hectares, encontra-se resultado aquém do necessário para se classificar o imóvel como de grande propriedade, ou seja, chega-se ao quantitativo de 11.73 módulos fiscais, não sendo ultrapassados, portanto, os 15 necessários a viabilizar a desapropriação. Logo, excluindo-se apenas a área de preservação permanente e considerado o módulo fiscal do Município de Três Lagoas, forçosa é a conclusão de que o imóvel pertencente ao impetrante não pode ser qualificado como grande propriedade. Também não se levou em conta que 6.9 hectares não são aproveitáveis.

Sob o ângulo da ilicitude, no que não teria havido registro no cartório de imóveis competente, o aspecto formal não modifica a realidade, pois as leis que impõem limitações administrativas à propriedade possuem efeitos imediatos. Quanto à possibilidade de existência de outro bem, há, à folha 231, notícia de arrolamento judicial em que se identificam, em nome do impetrante, dois bens imóveis. Um deles é o objeto deste processo, outro é residencial urbano. Logo, entendo estar provada a incidência do impedimento previsto no artigo 185, inciso I, da Constituição Federal. Em síntese, a União pretendeu desapropriar a média propriedade, sem que o titular tenha um imóvel equivalente – rural –, incumbindo, assim, a declaração de insubsistência do decreto expropriatório.

Ante o exposto, confirmo a liminar anteriormente deferida e concedo a segurança. É como voto.

14/12/2011

PLENÁRIO

MANDADO DE SEGURANÇA 25.066 DISTRITO FEDERAL

VOTO

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Senhor Presidente, egrégio Plenário, ilustre representante do Ministério Público, senhores advogados presentes.

Senhor Presidente, o Ministro Marco Aurélio me deixou bem à vontade com relação a esse tema, na medida em que noticiou que o Plenário do Tribunal alterou a sua jurisprudência para entender que essa área inaproveitável somente é servil para o cálculo de imposto e também para o cálculo da produtividade do imóvel; de toda sorte, para a desapropriação, essa área é considerada como um todo. Sua Excelência também superou as preliminares formais, de dilação probatória.

Estou trazendo à colação o mesmo dispositivo que Sua Excelência já citou, art. 50, § 3º, da Lei nº 4.504, assentando que ele é aplicável apenas para o cálculo do imposto devido em razão da propriedade imóvel; o seu propósito, efetivamente, não é o de servir de parâmetro para o cálculo do tamanho da propriedade para fins de desapropriação, como ficou assentado no Mandado de Segurança nº 24.924, no voto do Ministro Eros Grau, sustentado pelo parecer do Ministério Público, que assim afirmou:

"34. O dimensionamento do imóvel para os fins da Lei n. 8.629/93 deve levar em conta a área global do imóvel, sem dedução das áreas não aproveitáveis. Note-se que o art. 4º do texto normativo não faz ressalvas quanto às áreas insuscetíveis de exploração agropecuária, entendendo-se a expressão 'área' como a área total do imóvel rural."

A decisão foi adotada por este Plenário, por maioria, e, conforme noticiou o Ministro Marco Aurélio, Sua Excelência restou vencido isoladamente.

De sorte, Senhor Presidente, que eu também, em razão dessa

MS 25.066 / DF

manifestação do Plenário e da superação das preliminares - que eu particularmente não superaria -, podendo julgar o mérito a favor da parte a que aproveita a declaração de nulidade, vou seguir a regra do art. 249, § 2º, do Código de Processo Civil, aplicável subsidiariamente ao mandado de segurança, e estou propondo que seja denegada a segurança, porque a parte não tem efetivamente o direito alegado de ver excluída uma parcela do imóvel para fins de desapropriação; portanto, não tem procedência a sua pretensão de nulificar o decreto expropriatório, porquanto a sua propriedade não seria na proporção mencionada no ato normativo.

14/12/2011

PLENÁRIO

MANDADO DE SEGURANÇA 25.066 DISTRITO FEDERAL

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Presidente, apenas surge um aspecto que precisamos levar em conta: abandonemos a ordem natural das coisas e assentemos – adentrando o campo da incongruência – que, no tocante à produtividade, se deve considerar áreas que não podem ser exploradas. Mas há um problema mais sério: para fazermos isso, teremos que declarar a inconstitucionalidade da Lei nº 4.504/64, mais precisamente dos § 3º e § 4º do artigo 50 dessa Lei e do artigo 10 da Lei nº 8.629/93. Por quê? Porque, especificamente quanto à desapropriação, revela o § 3º:

“§ 3º O número de módulos fiscais – que é um número para o município e visando a desapropriação, a classificação do imóvel como média pequena ou média propriedade – de um imóvel rural será obtido dividindo-se sua área aproveitável total pelo modulo fiscal do Município.”

E vem o § 4º, categórico, expresso, explícito:

§ 4º Para os efeitos desta Lei, constitui área aproveitável do imóvel rural a que for passível de exploração agrícola, pecuária ou florestal.

Foi adiante o legislador, de forma até mesmo pedagógica, não bastasse essa cláusula a revelar o que se entende como área aproveitável. Não se considera aproveitável, redação dada pela Lei nº 6.746/79:

- a) a área ocupada por benfeitoria;
- b) a área ocupada por floresta ou mata de efetiva preservação permanente, ou reflorestada com essências nativas;
- c) a área comprovadamente imprestável para qualquer exploração agrícola, pecuária ou florestal.

MS 25.066 / DF

Mais recentemente, dispôs-se (Lei nº 8.629/93):

Art. 10. Para efeito do que dispõe esta lei, consideram-se não aproveitáveis:

I - as áreas ocupadas por construções e instalações, excetuadas aquelas destinadas a fins produtivos, como estufas, viveiros, sementeiros, tanques de reprodução e criação de peixes e outros semelhantes;

II - as áreas comprovadamente imprestáveis para qualquer tipo de exploração agrícola, pecuária, florestal ou extrativa vegetal;

III - as áreas sob efetiva exploração mineral;

IV - as áreas de efetiva preservação permanente e demais áreas protegidas por legislação relativa à conservação dos recursos naturais e à preservação do meio ambiente.

Como, então, sem declarar a inconstitucionalidade, entender-se que área aproveitável é a total do imóvel, incluída a de reserva permanente, aquela que não pode ser explorada pelo proprietário?

Daí manter o ponto de vista que prevaleceu – em que pese a esse outro acórdão – em 1998, no mandado de segurança relatado por aquele que adentrou este Tribunal na mesma data que adentrei, o Ministro Carlos Velloso. É de uma incoerência bárbara: busca-se definir a produtividade e exige-se que, no caso, essa produtividade compense – seja tão grande a considerar-se toda a área – aquele espaço que não pode ser utilizado, em que há limitação administrativa ao direito de propriedade.

Por isso, mantenho o voto, Presidente.

14/12/2011

PLENÁRIO

MANDADO DE SEGURANÇA 25.066 DISTRITO FEDERAL**VOTO****O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:**

Senhor Presidente, também vou pedir vênia ao eminente Relator para acompanhar a divergência aberta pelo Ministro Luiz Fux. Faço-o com fundamento no parecer da Procuradoria-Geral da República, mais especificamente os itens VIII a XVII do parecer subscrito pelo eminente Procurador-Geral da República de então, Dr. Cláudio Fonteles. Agrego também que os dispositivos invocados, com a devida vênia do eminente Relator, os §§ 3º e 4º do art. 50 do Estatuto da Terra, estão adstritos ao **caput**. Essa limitação é para efeito de cálculo do imposto. Forte nesses argumentos, acompanho a divergência.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - Ministro, o imposto não é calculado a partir de módulo rural, fixado e pertinente ao município. O módulo só existe para esta finalidade: definir se a propriedade é passível ou não de ser desapropriada.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - A lei utiliza inclusive a expressão "módulos fiscais", que é para a finalidade fiscal. Caso se exclua essa parte da área de desapropriação e só se desaproprie a área aproveitável, esse pedaço pertence a quem nessa desapropriação? Evidentemente que a propriedade é analisada, para fins de desapropriação, com relação à área total, conforme aqui foi fixado em um mandado de segurança de agora, 2011 - com a composição que está o Tribunal e o Plenário, e sem que se tenha suscitado nem **incidenter tantum** à inconstitucionalidade do dispositivo. O acórdão do Plenário é de 24 de fevereiro de 2011; o Relator foi o Ministro Marco Aurélio; lavrou o acórdão o Ministro Joaquim Barbosa; atuou o Ministro Celso de Mello; e presidiu o julgamento o Ministro Cezar Peluso - voto proferido em assentada anterior.

14/12/2011

PLENÁRIO

MANDADO DE SEGURANÇA 25.066 DISTRITO FEDERAL

VOTO

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Também peço vênia ao Ministro-Relator, Presidente, para denegar a ordem, considerando exatamente como foi posto pelo Ministro Luiz Fux, que iniciou a divergência: haverá de ser considerada a área global, sem dedução das áreas não aproveitáveis; exatamente o que foi a base da manifestação de Sua Excelência e como está - também lembrado pelo Ministro Dias Toffoli - na manifestação da Procuradoria.

Eu também peço vênia ao Ministro-Relator para acompanhar a divergência e denegar a ordem.

* * * * *

14/12/2011

PLENÁRIO

MANDADO DE SEGURANÇA 25.066 DISTRITO FEDERAL

VOTO

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Senhor Presidente, eu vou pedir vênia, também, para acompanhar a divergência, observando que as áreas de reserva legal continuam no domínio do proprietário; o proprietário não perde o domínio. E, de acordo com o artigo 16, § 2º do Código Florestal:

"§ 2º A vegetação da reserva legal não pode ser suprimida, podendo apenas ser utilizada sob regime de manejo florestal sustentável(...)".

Portanto, ela não perde o valor econômico; ela se agrega à propriedade para todos os efeitos, inclusive para estes da reforma agrária.

Portanto, com o devido respeito, e louvando o Ministro Marco Aurélio pela profundidade habitual dos argumentos que esgrime, acompanho a divergência para denegar a ordem.

14/12/2011

PLENÁRIO

MANDADO DE SEGURANÇA 25.066 DISTRITO FEDERAL

VOTO

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO - Senhor Presidente, também eu peço vênica ao eminente Relator para acompanhar a divergência inaugurada pelo Ministro Luiz Fux, cujos fundamentos me convenceram, com as achegas de todos os demais Ministros que se seguiram na respectiva votação.

Eu denego também a segurança.

* * * * *

14/12/2011

PLENÁRIO

MANDADO DE SEGURANÇA 25.066 DISTRITO FEDERAL

V O T O

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Senhor Presidente, pedindo vênias ao Relator, entendo que a própria segurança jurídica leva a essa definição do módulo, e não do módulo fiscal, para os fins de identificação da propriedade – pequena, média ou grande.

Eu estou acompanhando a divergência.

14/12/2011

PLENÁRIO

MANDADO DE SEGURANÇA 25.066 DISTRITO FEDERAL

VOTO

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE) - Eu
peço vênica também ao Ministro-Relator. Acompanho a divergência.



PLENÁRIO

EXTRATO DE ATA

MANDADO DE SEGURANÇA 25.066

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO

REDATOR DO ACÓRDÃO : MIN. LUIZ FUX

IMPTE.(S) : ERALDO FERREIRA VIANA

ADV.(A/S) : MAYRA C. GUEDES OLIVEIRA

IMPDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA

ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

IMPDO.(A/S) : UNIÃO

ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

IMPDO.(A/S) : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
- INCRA

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL FEDERAL

Decisão: O Tribunal, por maioria, denegou a segurança, contra o voto do Senhor Ministro Marco Aurélio (Relator). Votou o Presidente, Ministro Cezar Peluso. Redigirá o acórdão o Senhor Ministro Luiz Fux. Ausentes, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello; neste julgamento, o Senhor Ministro Ricardo Lewandowski e, licenciado, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Plenário, 14.12.2011.

Presidência do Senhor Ministro Cezar Peluso. Presentes à sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Ayres Britto, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia, Dias Toffoli e Luiz Fux.

Procurador-Geral da República, Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos.

p/ Luiz Tomimatsu
Secretário